

Irresponsabilidade

No momento em que a sociedade começa a tomar consciência da maior crise econômica deste final de século, que se traduz pelo esgotamento do Estado como supridor de recursos, a Constituinte dá o pior exemplo da conjugação de interesses d e m a g ó g i c o -eleitóreiros com absoluta ignorância em matéria financeira, aprovando sob pressão o calote constitucional chamado anistia da correção monetária.

Não fosse o bom-senso de parlamentares de variadas tendências ideológicas, aprovando no final a emenda que limitou o perdão a empréstimos de até cinco mil OTNs e a produtores com até cinco módulos rurais, teríamos no País a completa consagração da irresponsabilidade pública e da ausência de consciência dos reais interesses da grande maioria da população, que não toma empréstimos e nem pleiteia perdão de dívidas — mas sofre as consequências da inflação e da estagnação dos investimentos.

Ao invés de inserir na Carta Magna o calote nacional, deveria a Constituinte estar preocupada em estabelecer as bases para que este Governo e seus sucessores possam efetivamente enfrentar a grande crise estrutural das economias modernas, reduzindo o peso do Estado na economia e aliviando este mesmo Estado dos encargos decorrentes do paternalismo vigente, para que algum dia possamos ter uma inflação suportável e, espera-se, um alívio da carga tri-

butária sobre todos os contribuintes.

Infelizmente, o que se vê neste final dos trabalhos do primeiro turno é exatamente o contrário: como em última análise é o Estado que arcará com a cobertura das dívidas não pagas, não restará outra alternativa senão lançar novos empréstimos compulsórios, expandir a emissão inflacionária de moeda, elevar a carga tributária e reduzir ainda mais os investimentos necessários por parte do Poder Público.

A consequência não poderá ser outra senão o agravamento da inflação — de longe o mais injusto de todos os impostos, porque penaliza principalmente os assalariados de baixa renda — e a cobrança de novos tributos, que oprime o contribuinte, asfixia as empresas, diminui a margem de criação de empregos e geração de riqueza no setor privado e, finalmente, adia ainda mais a imprescindível retomada dos investimentos para afastar o fantasma da recessão econômica.

Todos estes argumentos, amplamente expostos pelo Governo e por todos os economistas responsáveis, inclusive aqueles politicamente considerados de esquerda, não sensibilizaram a maioria dos constituintes. Escolheu-se o caminho das soluções populistas e demagógicas, deixando marcado na memória nacional um dos momentos mais desabonadores desta legislatura, como uma lição ao futuro de como não se deve defender os reais interesses do povo como um todo.